

O NEGACIONISMO E O REVISIONISMO QUE RONDAM O PERÍODO DO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Karen Nadja de Souza Morais

UEPB;

karenmorais9@gmail.com

RESUMO

“Numa época de mentiras universais, dizer a verdade é um ato revolucionário.” A frase foi tirada do livro 1984 do autor George Orwell, no qual a história retrata um período de opressão, tortura e perda da democracia. Período esse que se assemelha ao regime militar brasileiro, que devido aos últimos acontecimentos no cenário político, vem sendo amplamente discutido em rodas de conversas, debates e no meio acadêmico. O fato é, vem se falando em uma “ditabranda”, o que vem causando um revisionismo sobre o que foi o regime militar, e surgindo ideias tais como, “Não existiu ditadura no Brasil”, “o regime militar não foi ruim”. Se não foi uma ditadura, como se define um período em que a democracia não existiu? Há um número mínimo de torturados para se afirmar que havia tortura? É correto extinguir partidos opositores? Utilizar da liberdade de expressão para pedir de volta um período que censurou todo e qualquer um que se opusesse a ele, qual o sentimento nisso? Mas, vamos ao que interessa qual seria o objetivo dessa onda de negacionismo histórico? O professor da USP Marco Napolitano em entrevista ao jornal El País afirmou: *“A diferença é sutil, mas revisionismo está dentro de debate historiográfico, se ancora em métodos aceitos, cria novos objetos de pesquisa, fazendo com que o próprio historiador questione suas crenças, o que é saudável”*. E sobre o negacionismo afirma: *“Já o negacionismo tem um ponto de partida ideológico, com objetivo de ocultar o passado.”* Ou seja, em quanto o revisionismo busca a evolução da historiografia o negacionismo é justamente o contrário, é um atraso. Sendo assim, essa proposta visa verificar o surgimento desse negacionismo usando como base o revisionismo e de que maneira ele pode influenciar na educação, não só atualmente como também alterar a leitura desse capítulo da história ao longo do tempo.

Palavras chaves: negacionismo; revisionismo; ditadura militar; Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisas feitas nos últimos meses e tem como objetivo analisar os impactos do revisionismo e negacionismo sobre o regime militar na educação brasileira. Estudar o regime militar é uma complexa tarefa que muitos historiadores se dispõem a fazer. Com toda certeza o atual cenário político em que o Brasil se encontra, discutir sobre o regime militar se faz cada vez mais necessário. Afinal, vemos nosso próprio presidente homenagear indivíduos que foram acusados de praticar tortura durante o regime militar. Para além disso, em manifestações a favor do Brasil, indivíduos exibindo placas exigindo uma intervenção militar. O que se torna um tanto contraditório, afinal, estão fazendo o uso de ferramentas democráticas para pedir o fim da democracia. Há uma necessidade de se entender esse episódio da história em que a democracia foi extinta, a liberdade de expressão proibida, pessoas expulsas do país, época em que um bipartidarismo foi instaurado no país, entre a direita conservadora e a esquerda revolucionária.

Inicialmente o artigo busca explicar o conceito do revisionismo histórico, de onde ele surgiu e como ele se aplica e em que momento o revisionismo ele passa a ser negativo. Depois parte para o negacionismo histórico, explicar em que ele se baseia e seus impactos. Logo em seguida será feito um apanhado geral do regime militar, porém com ênfase nos anos iniciais 1964-1968, devido a ideia de que nesses primeiros anos não houve ditadura ou ausência da democracia. Adiante será analisado a ideia de ditabrandia, seu surgimento e os argumentos utilizados para sustentar essa ideia e analogia entre história e memória. Por fim um balanço dos impactos gerais da disseminação dessas ideias na educação brasileira.

REVISIONISMO HISTÓRICO

O conceito de revisionismo histórico se define como uma corrente historiográfica que oferece uma perspectiva alternativa à visão tradicionalmente aceita pela maioria dos analistas. É uma prática que se faz necessário pois a ciência histórica está em constante estado de revisão, afinal na história não há uma verdade definida e ao analisarmos fatos que aconteceram e achar novas provas que podem esclarecer um episódio da história.

Apesar de ser necessário e ter seu lado útil e positivo, o revisionismo histórico pode se tornar algo muito polêmico. O “problema” começa quando suas fontes se tornam duvidosas e o revisionismo torna-se sinônimo de negacionismo. A partir do momento em que não há mais um comprometimento com fontes historiográficas, o revisionismo passa a ser uma arma poderosa na mão daqueles que querem manipular fatos históricos a seu favor e legitimar um discurso mesmo que esse seja sem qualquer fundamento. A ciência histórica foi construída em cima do reconhecimento das subjetividades interpretativas que impede que se fale em uma verdade absoluta, mas também do compromisso em aceitar fatos e definições que constituem a base comum a partir da qual se constrói a memória social.

A onda do revisionismo histórico vem se espalhando por toda a América Latina, atingindo principalmente Argentina, onde se nega o extermínio de trinta mil pessoas durante 1976-1983, no Chile ocorreu o escândalo de áudios vazados do ministro da cultura estar fazendo duras críticas ao Museu da memória e dos direitos humanos, resultando na renúncia do ministro apenas quatro dias depois de ter assumido. Uruguai, comandante do exército, Guido Manini Rios homenageando Artigas Alavarez acusado de tortura durante o regime autoritário de 1973-1990.

O NEGACIONISMO HISTÓRICO

O negacionismo é um fenômeno que vem acontecendo no Brasil desde os anos setenta, seu principal alvo é o holocausto. Diversos negacionistas rejeitam da história o fato de que a Alemanha nazista assassinou mais seis milhões de judeus, usando a justificativa de que se muitos judeus morreram foi devido a guerra. Outros argumentos utilizados para negar tal fato são, Auschwitz não era um campo de extermínio, a documentação foi fabricada, muitos judeus não morreram, apenas foram embora, as confissões de soldados que admitiram torturar judeus em campos de concentração não são verdadeiras.

Ao observarmos tais argumentos, imaginamos que foram construídas por pessoas leigas que não tem propriedade alguma sobre o assunto, mas se engana quem pensa assim. Robert Faurisson, era um professor formado em história, famoso por alegar que o

genocídio dos judeus pelos nazistas era uma mentira para aumentar os fatos e conseguir vantagem com isso, confirmando também que as câmaras de gás eram utilizadas para desinfetarem em massa de parasitas e germes, para evitar doenças. Devido as suas afirmações polemicas e depois de 1946 terem se tornada um crime, o professor foi primeiro a ser condenado, em 1990, a pagar diversas multas. Uma de suas produções mais famosa é a carta aberta ao jornal francês “Le Monde” com o título “ O problema das câmaras de gás ou boato de Auschwitz.

Faurisson questionava também a veracidade do mundialmente conhecido diário de Anne Frank, a adolescente judia que com sua família que viveu por mais de dois anos em um esconderijo em Amsterdã para tentar escapar dos nazistas durante a ocupação deles na Holanda.

REGIME MILITAR BRASILEIRO

A ditadura militar no Brasil teve início seu início em 31 de março de 1964 depois que os militares sobre a justificativa de que uma ameaça comunista rondava país derrubaram o então presidente João Goulart 17. Além da ameaça comunista os militares justificaram que a ideia do golpe não partiu dos militares e sim da própria população, que clamavam para que os militares tomassem o poder, utilizando como justificativa a Marcha com Deus pela liberdade, manifestação que reuniu mais de 500 mil pessoas, manifestando-se em resposta ao emblemático comício de João Goulart, seis dias antes, defendendo suas Reformas de Base na Central do Brasil.

Logo após a tomada de poder pelos militares foi decretado o AI-1, no qual, dava permissão aos militares para modificar a constituição, anular mandatos legislativos, interromper direito políticos por 10 anos, dentre outras permissões. Mas, o que se destaca mesmo é determinação que a partir daquele momento as eleições para presidência da República se tornaria indireta. Ao longo de todo o regime foram decretados mais de 17 atos institucionais, porém o que com certeza o que mais se destaca é o AI-5. Considerado o golpe mais duro da ditadura militar, o AI-5, decretado em 13 dezembro de 1968 durante o governo Costa e Silva, decretou o fechamento do Congresso Nacional, pela primeira

vez desde 1937, e autorizava o presidente a decretar estado de sítio por tempo indeterminado, demitir pessoas do serviço público, cassar mandatos, confiscar bens privados e intervir em todos os estados e municípios.

Nesse tempo, a resistência popular ao regime autoritário manifestava-se de diversas formas, tanto através da guerrilha armada quanto das manifestações culturais, exemplo disso são as músicas “Calice” Chico Buarque e Milton Nascimento, “ Acordar amor” de Chico Buarque também. As greves operárias reivindicavam o fim do arrocho salarial e queriam liberdade para estruturar seus sindicatos. Os estudantes realizavam passeatas reclamando da falta de liberdade política. Apesar da resistência, os anos de chumbo ainda estavam por vim, assim ficou conhecido o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

O governo de Médici foi marcado por uma forte repreensão aos movimentos populares de esquerda com enfoque no movimento estudantil e à guerrilha urbana e rural utilizando, inclusive, métodos de tortura. Foi durante a gestão de Médici que aconteceu o milagre econômico marcado pelo Aumento da entrada no Brasil de empresas multinacionais, investimentos em grandes obras públicas, criação de empresas estatais, tais como: Embrapa, Telebrás e Infraero.

Seguido de Médici, chegou ao poder Ernesto Geisel, com a promessa de reestabelecer a democracia. Em 1979 foi revogado o AI-5, sendo assim o congresso não poderia ser mais fechado, o que deu abertura para que a oposição política crescesse. Apesar da linha dura continuar, surgiram vários partidos como o Partido democrático Social (PDS) e o Partido dos trabalhadores (PT).

Em 1983 se intensificava as manifestações pelas eleições diretas, nascia o movimento “Diretas Já”. Em 25 de abril a emenda para Dante Oliveira, que visava restabelecer as eleições diretas para presidente não conseguir obter a maioria dos votos necessários para sua aprovação, como forma de combate, parte da oposição participou das eleições indiretas para presidente. Resultando na vitória de Tancredo Neves pelo PMBD, que poucos dias antes de assumir o cargo faleceu, e a presidência da república passou a ser

assumida pelo seu vice, José Sarney. Encerrando assim os dias de um regime autoritário que durou 21 anos.

O MITO DA “DITABRANDA”

Em 2009, o jornal a Folha de São Paulo referiu-se aos quatro primeiros anos do regime militar como uma “ditabranda”, o oposto do que seria ditadura, supondo que a ditadura militar brasileira não foi forte o suficiente para receber tal nomenclatura. Não só na época, mas ainda hoje, o termo “ditabranda” causa uma grande polêmica, pois põe em jogo a natureza do regime instaurado pelo golpe de 1964. Pois, tal afirmação dá abertura para o surgimento de outras ideias como “ Não existiu ditadura no Brasil”, “o regime militar não foi tão ruim”.

Um dos principais argumentos utilizados para tal afirmação é o período entre 1964 e 1968, marcado por uma liberdade ilusória, na qual os militares ofereciam ainda direito a habeas Corpus, liberdade de expressão através da imprensa e manifestações contra o regime. Ao se fazer essa afirmação ignora-se o fato de que nessa mesma época já se deram início a perseguição aqueles que foram contra a tomada de poder dos militares tomemos como exemplo o caso do tenente-coronel da Aeronáutica Alfeu de Alcântara Monteiro, que não era bem visto pelo lado golpista pois em 1961, havia se recusado a participar do bombardeio do Palácio Piratini, em Porto Alegre (RS). Foi morto a tiros apenas quatro dias depois do golpe militar, e só depois de cinquenta e cinco anos o para que a Justiça Federal reconhecesse, a partir de ação movida pelo Ministério Público Federal e ativistas de direitos humanos, que Monteiro não foi morto em legítima defesa, mas por motivações político-ideológicas decorrentes do regime militar instaurado.



Tenente-coronel, da Aeronáutica Alfeu de Alcantara Monteiro, reconhecido como primeira vítima da ditadura militar no Brasil.

Outro forte argumento utilizado, são as comparações com outros regimes instaurados na América Latina, com Argentina, Chile e Uruguai, faz-se uma analogia a uma taxa de desaparecimento muito superior à do Brasil, como por exemplo a Argentina fala-se até em trinta mil desaparecidos.

Afirmações como essa, nos faz questionar sobre o quão opressor precisa ser um regime para se tornar uma ditadura? Afinal, até 1968 já havia ocorrido o AI-1 que instaurou as eleições indiretas, opositores ao regime já estavam sendo perseguidos.

O revisionismo histórico trouxe à tona um antigo debate entre os historiadores, a memória sendo utilizado como fonte de memória, nessa fase revisionista vem sendo bem mais valorizada a memória daqueles que viveram o regime militar do que estudos acadêmicos, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2013, p. 61):

Não raro, principalmente em seminários, o historiador é interpelado por pessoas que se sentem mais capazes para falar do passado recente, considerando seu testemunho

superior ao olhar de um pesquisador que “não estava lá”. Se as fronteiras entre História e Memória são esgarças e tênues, as dificuldades no presente caso são ainda maiores. O estudo das temporalidades recentes implica repto singular da Memória em relação à História. É importante explicar os conceitos de Memória e História em uso aqui, assim como o entendimento sobre as relações entre os dois campos. Memória e História são formas distintas de representação do passado, sem que se possa considerar uma superior à outra.

Construiu-se uma narrativa no intuito de justificar o que aconteceu no Brasil. De um lado a esquerda explica a ruptura e busca no passado as raízes da nova sociedade que pretende construir, do outro lado, a direita justifica a ruptura como meio de manter os valores dominantes e afastar o que julgam ser ameaças a ordem tradicional. A ideia que predominou foi a dura crítica ao regime militar, e aqueles que o apoiaram o ato. Segundo Marcos Napolitano:

É preciso lembrar que a classe média escolarizada e os movimentos sociais se tornaram protagonistas na construção de uma memória crítica ao regime, ajudando a desgastá-lo e a deslegitimá-lo perante a opinião pública.

A memória crítica que deve ser contada e recontada já se encontra a anos, nos livros de história, e nos materiais didáticos que são utilizados em sala de aula. A construção dessa memória hegemônica influenciou não só as salas de aulas, mas todas as atitudes políticas do estado brasileiro, como conta Marcos Napolitano:

A partir dos anos 1990, o Estado tem desenvolvido uma política de memória, ainda que tímida, pontual e um tanto desencontrada, calcada na memória das vítimas das violências do regime que se tornou mais explícita e

normatizada a partir de 1995. A partir deste ano, como veremos adiante, o Estado se pautou por uma política de reparações e de recuperação das histórias de vida (e morte) das vítimas da violência do regime militar, ao mesmo tempo em que tem promovido ações institucionais e simbólicas situadas no campo da memória hegemônica crítica à ditadura. Se todo esse trabalho ainda não foi eficaz ou suficiente para garantirmos que não haverá mais um regime autoritário, a democracia brasileira sempre se encontrará em uma corda bamba. Amenizar, ou relativizar o que ocorreu na ditadura militar acarretará na construção de uma sociedade que não conhece o seu passado e fica vulnerável ao autoritarismo que um dia rondou seu país, voltar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempo de internet, o revisionismo vem sendo usado como uma potente arma política por uma classe conservadora saudosista dos dias de autoritarismo, para ocultar um episódio sombrio de nossa história marcado por mortes, perseguições, censura e ausência da democracia. Levando uma parcela do seu próprio povo a acreditar que as atrocidades cometidas pelos militares não existiram.

Devido a fragilidade do sistema educacional, a maioria da população não sabe ou não se interessa em saber sobre a ditadura, menos ainda acompanha um debate acadêmico sob a justificativa que as universidades estão sob o domínio do marxismo cultural, resultando no trabalho acadêmico sendo deslegitimado. Absorvem essas informações nas redes sociais, onde o achismo predomina e em uma rápida pesquisa encontramos vídeos e textos de fácil absorção defendendo a ditadura militar, que tomam proporções gigantes, manipulando milhões de brasileiros.

Estamos falando aqui de um impacto que afeta a formação de toda uma geração. Apesar da memória coletiva brasileira ser muito crítica ao que aconteceu no regime militar, essa geração não verá o sistema político e jurídico acertar as contas com o passado e optando pelo silenciamento. Como historiadores, cabe a nós o papel de não deixar o povo brasileiro esquecer um episódio passado que lutam constantemente para apaga-lo. E fazer com que a população entenda, nenhuma ideologia, de direita ou de esquerda justifica o estado ir contra o seu próprio povo.

REFERENCIAS

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014, 365p.

Schwarcz, Lilia Moritz, Starling, Murgel Heloisa, Brasil: Uma biografia^{1ª} ed. – São Paulo; Companhia das lestras, 2015.

Como as democracias morrem Steven Levitsky, Ziblatt Daniel ^{1ª}ed. E, Zahar, 2017

NAPOLITANO, Marcos. Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980). São Paulo, 2011. Tese (Livre-docência em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

Rezende, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repreensão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. Eduel, 2013

"1964: O Brasil Entre Armas e Livros": o que o filme que ameniza ditadura tenta mudar. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/05/o-que-diz-o-filme-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-que-relativiza-a-ditadura-militar.htm> . Acessado em 5 jul. 2019

1964: O Brasil entre Armas e Livros. Disponível em: <http://www.portalcafebrasil.com.br/artigos/1964-o-brasil-entre-armas-e-livros/> Acessado em 5 jul. 2019

O negativismo histórico como arma política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-negacionismo-historico-como-arma-politica/> Acessado em 12 jul. 2019

Brasil paralelo e o revisionismo histórico. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/06/12/brasil-paralelo-e-o-revisionismo-historico/> Acessado em 12 de jul. 2019

Governo Bolsonaro prega negacionismo histórico. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html Acessado em: 15 jul. 2019

50 anos do AI-5: negar ditadura é ignorância histórica, diz pesquisador. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46496289> Acessado em 10 de agos. 2019

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

AZEVEDO, Reinaldo. Regime militar de 1964. Blog hospedado pela revista Veja, 2014. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/regime-militar-de-1964/>, acesso em 13 jul. 2019.

DOSSIÊ Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A estranha derrota: os comunistas e a resistência cultural ao Regime Militar (1964-1968). In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). Comunistas Brasileiros: cultura política e indústria cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

**DR. CAMPOS SALLES: A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA EM NOME DA
ORDEM E DO PROGRESSO NO BRASIL**